

Eva Aparecida da Silva

VIII ENCONTRO NACIONAL SOBRE O ENSINO DE SOCIOLOGIA NA
EDUCAÇÃO BÁSICA

GT21 – Políticas e práticas institucionais de incentivo à docência em Ciências
Sociais

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO E EM
TEMPOS DE ESTANDARDIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO EM SÃO PAULO

São Paulo, São Paulo

2025

RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA SOCIOLOGIA NO NOVO ENSINO MÉDIO E EM TEMPOS DE ESTANDARDIZAÇÃO E PLATAFORMIZAÇÃO EM SÃO PAULO

Eva Aparecida da Silva¹

RESUMO

Este trabalho apresenta reflexões acerca do ensino de Sociologia, a partir das experiências de licenciandos em Ciências Sociais, residentes/bolsistas no projeto Residência Pedagógica Sociologia, no contexto do Novo Ensino Médio em São Paulo e da standardização e plataformação das aulas dos componentes curriculares de todas as áreas do conhecimento, por meio de material digital, no formato de slides, desenvolvido no âmbito da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (Seduc).

Palavras-chave: Residência pedagógica, Sociologia, Standardização, Plataformação, São Paulo.

INTRODUÇÃO

Este trabalho apresenta reflexões acerca do ensino de Sociologia, a partir das experiências de licenciandos em Ciências Sociais, residentes/bolsistas no projeto Residência Pedagógica Sociologia², no contexto do Novo Ensino Médio em São Paulo e da standardização e plataformação das aulas dos componentes curriculares de todas as áreas do conhecimento, por meio de material digital, no formato de slides, desenvolvido no âmbito da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo (Seduc).

A Reforma do Ensino Médio, sancionada, inicialmente, pela Lei 13.415, de 16 fevereiro de 2017, que estrutura o ensino médio, alterando o Art.36 da LDB 9.394/1996, numa base comum e seus respectivos componentes curriculares (Art. 35-A) e em cinco itinerários formativos, um deles a ser escolhido pelo (a) aluno (a), ganhou diferentes contornos em cada estado. E, mais recentemente, a Lei 14.495/2024³ – certamente trará adequações às diversas configurações vigentes até aqui.

¹Professora Doutora do Departamento de Educação, Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara, UNESP, eva.silva@unesp.br;

²O projeto Residência Pedagógica Sociologia, da Faculdade de Ciências e Letras, campus Araraquara, UNESP, contou com 24 licenciandos, uma docente-orientadora da universidade e três professoras preceptoras das escolas. Edital 24/2022, CAPes, de outubro de 2022 a fevereiro de 2024, em três escolas-campo da rede estadual de ensino, de Araraquara/SP.

³Em 2023, frente a um movimento pela revogação da Reforma do Ensino Médio, o MEC promoveu conferências regionais, o diálogo com especialistas de diversas universidades, consulta pública aberta às escolas, docentes e alunos. Deste processo não resultou a revogação, mas alterações na proposta original, como aumento das 1800hs de formação geral para 2.400hs, bem como redução das 900hs de itinerário formativo para 600hs. E, ainda, a redefinição os itinerários formativos para apenas três: Linguagens e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; Matemática e Ciências da Natureza; Formação técnica ou profissional.

No estado de São Paulo, o Novo Ensino Médio já está em sua terceira versão, sendo a primeira implementada nos anos de 2021 a 2023 (Resolução Seduc 108, de 28/10/2021); a segunda em 2024 (Resolução Seduc 52, de 16/11/2023); e a terceira em 2025 (Resolução Seduc 84, de 31/10/2024).

No entanto, neste trabalho, será dado destaque à primeira versão, por se tratar do momento de desenvolvimento do projeto Residência Pedagógica Sociologia em questão.

Em sua primeira versão, o Novo Ensino Médio em São Paulo tinha uma carga horária total de 3.150 horas: 1800hs de Formação Geral, com disciplinas pertencentes às quatro grandes áreas do conhecimento: Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Educação Física e Arte (área Linguagens); Matemática (área Matemática); História, Geografia, Filosofia e Sociologia (área Ciências Humanas e Sociais Aplicadas); Química, Física e Biologia (área Ciências da Natureza); 900hs de aprofundamento em itinerário formativo - 4 puros (Linguagens; Matemática; Ciências da Natureza; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas), 6 integrados (Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Linguagens; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Ciências da Natureza; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Matemática; Ciências da Natureza e Linguagens; Linguagens e Matemática) e 2 Técnicos ou Profissionais (NovoTec Integrado; NovoTec Expresso); e 450hs de Inova Educação, que incluía mais três disciplinas (Projeto de Vida; Eletivas; Tecnologia e Inovação)⁴. Dos 12 itinerários formativos de aprofundamento, os alunos deveriam “escolher” um.

Se já não bastassem as mudanças advindas deste modelo de ensino médio em São Paulo, professores e alunos se depararam com a intensificação do processo de standardização e plataformização da educação, que vem se delineando desde, pelo menos, 2009, com a adoção dos conhecidos Cadernos ou “Caderninhos”, da compilação e disponibilização de orientações, videoconferências, discussões sobre o currículo via site da Seduc ou da Escola de Formação de Professores de São Paulo (Efape), e , mais recentemente, a partir de 2023, com a adoção de materiais digitais, em formato de slides, elaborados para serem aplicados pelos professores em suas aulas, de aplicativos para controle de frequência e notas, bem como de plataformas digitais para a realização de atividades e tarefas.

Para Evangelista e Gonsales (2024), “plataformização é o termo usado para descrever como a vida humana, seus fluxos econômicos e de convivência são modulados por um ecossistema global de plataformas digitais on-line, baseadas no uso de algoritmos,

⁴Estas disciplinas têm origem no currículo do Programa de Ensino Integral, vigente no estado de São Paulo desde 2012.

alimentados por gigantescas bases de dados (*big data*)” (p.18), no contexto do chamado capitalismo de vigilância.

Na educação paulista, tanto os Cadernos quanto os slides, aplicativos e plataformas digitais levam à padronização/standardização das práticas de ensino dos professores, assim como à vigilância e ao controle das mesmas. O que fere, significativamente, a autonomia docente no planejamento e desenvolvimento, sobretudo, das aulas. Somado a isso, eles também dificultam a sistematização e o aprofundamento dos conhecimentos a serem ensinados e aprendidos, reduzindo a quantidade e a qualidade dos conteúdos a serem abordados.

Sendo assim, o projeto Residência Pedagógica Sociologia se propôs a realizar uma etnografia (Mattos, 2011) do ensino de Sociologia, em três escolas-campo da rede estadual paulista, do município de Araraquara/SP, como forma de compreender o ensino de Sociologia a partir das experiências de seus residentes/bolsistas, licenciandos em Ciências Sociais, no contexto do Novo Ensino Médio em São Paulo e da standardização e plataformização das aulas dos componentes curriculares de todas as áreas do conhecimento, por meio de material digital, no formato de slides, desenvolvido no âmbito da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

Neste sentido, este projeto teve foco de estudo e observação direta o ensino de Sociologia, nas turmas das três professoras preceptoras que o integraram, no período de outubro de 2022 a fevereiro de 2024.

Ao acompanharem e observarem as aulas de Sociologia, os licenciandos puderam experienciar o início do uso dos slides, em seus limites e desafios para a prática docente, a redução da quantidade e da qualidade dos conteúdos propostos para a disciplina de Sociologia, bem como a vigilância e controle, cerrados, para a execução deste material digital na sua integralidade.

Como eles também deveriam exercitar as regências de aulas, a elaboração de planos de alunos, a escolha de metodologias de ensino e recursos didáticos, com referência nos temas propostos pelo Currículo Paulista para a disciplina de Sociologia, foi necessário que atuassem nas “brechas” de sua restrita carga horária, mediante planejamento prévio com as professoras preceptoras, ou, com maior possibilidade de atuação, nas disciplinas eletivas oferecidas por elas, elaboradas com maior autonomia a partir das demandas dos alunos e de suas experiências.

Dentre as regências de aula realizadas ao longo deste processo etnográfico, assim como do contato com o material de apoio pedagógico em transição para os slides, destaca-se, aqui, duas delas: uma referente à abordagem sobre o tema cidadania, elaborada como aprofundamento frente ao reducionismo teórico-conceitual com que foi tratada por este material pedagógico; e uma outra desenvolvida no âmbito de uma disciplina Eletiva⁵, “Preconceituoso eu?”, pensada pelos residentes a partir da observação de situações e relações que envolviam, sobretudo, preconceito e discriminação de raça e de identidades de gênero.

METODOLOGIA

O Residência Pedagógica Sociologia se fez uma etnografia, ao se propor a compreender o ensino de Sociologia a partir da imersão de vinte e quatro licenciandos/bolsistas no cotidiano de três escolas de ensino médio e da sala de aula, na rede estadual de Araraquara/SP, durante 18 meses.

Segundo Mattos (2011),

a etnografia compreende o estudo, pela observação direta e por um período de tempo, das formas costumeiras de viver de um grupo particular de pessoas: um grupo de pessoas associadas de alguma maneira, uma unidade social representativa para estudo, seja ela formada por poucos ou muitos elementos, por exemplo: uma escola toda ou um grupo de estudo em uma determinada sala de aula(p.51).

Neste sentido, o Residência teve como foco de estudo, por meio da observação direta e participante, o ensino de Sociologia, em seus temas, metodologias e recursos didático-pedagógicos, somado ao mapeamento sociocultural e ambiental das três escolas, e às regências de aulas realizadas pelos residentes. O que também nos permite, agora, refletir sobre as experiências de seus residentes/bolsistas, no contexto do Novo Ensino Médio em São Paulo e da standardização e plataformização das aulas

REFERENCIAL TEÓRICO

O processo de standardização ou padronização da prática docente, bem como de plataformização da educação, pode ser percebida na rede estadual de ensino do estado de São Paulo, em seu início, no contexto de implementação do Programa São Paulo Faz Escola em 2008/2009, proposta curricular, didático-pedagógica, elaborada pela Secretaria de Educação do estado de São Paulo (SEE-SP) ao longo de 2007, para o ensino fundamental (ciclo II) e

⁵As disciplinas Eletivas são elaboradas pelos próprios professores, a partir dos projetos de vida dos alunos e suas demandas, mas, necessariamente, no diálogo com o currículo escolar e sua proposta para as respectivas áreas e disciplinas. Embora, sabe-se de Eletivas que não trazem essa interlocução.

médio, “mediante dois instrumentos – um portal na internet, que oferece material de apoio a professores, gestores e alunos, e cadernos, que sugerem atividades e definem expectativas de atuação de acordo com cada ocupação específica...” (Paes e Ramos, 2014, p. 55).

O São Paulo Faz Escola resulta da elaboração de um plano de metas (São Paulo, 2007) para a melhoria da educação básica da rede estadual de ensino de São Paulo, frente à constatação do insuficiente desempenho escolar de seus estudantes nos últimos censos escolares, mediante as avaliações estaduais e nacionais. Ele vinculou seus objetivos e metas, sobretudo, ao Sistema de Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (Saresp), se tornando, em 2010, o currículo oficial do Estado de São Paulo.

Para materialização desta proposta foram disponibilizados materiais impressos de apoio pedagógico (os Cadernos)⁶, sobretudo a professores e alunos, organizados a partir de situações de aprendizagens definidas para cada disciplina e séries, os quais, mais que simples apoio, se tornaram o foco do trabalho pedagógico docente, trazendo o que ensinar e como ensinar. Com isso,

[...] é importante ressaltarmos que a SEE-SP, ao definir os especialistas em currículo como agentes centrais para elaboração da proposta curricular, não apenas determinou às escolas os conteúdos que deveriam ser trabalhados e que deveriam atender às demandas do sistema avaliativo (os conteúdos da proposta curricular são atrelados ao Saresp), mas também definiu os instrumentos adequados para a implantação favorável dessa proposta, que foi rigorosamente direcionada pela SEE-SP, conforme visto, por meio da criação da função de professor-coordenador, da sistematização das disciplinas em vídeo desenvolvidas por bimestre, da elaboração de orientações para os professores e para os gestores. Destarte, o próprio site do programa São Paulo Faz Escola, que inicialmente apenas recebia relatos de professores, segundo a SEE-SP (SÃO PAULO, 2008e), passou também, em 2008, a disponibilizar videoconferências, orientações específicas, discussões sobre o currículo, dentre outras ferramentas de condução da implementação da proposta nas escolas. (Paes e Ramos, 2014, p. 58)

Num processo inicial de plataformização da educação, para além do site do programa, foi disponibilizado, sobretudo aos professores, o website “Apoio à Implantação do Currículo”, como forma de acesso “aos currículos oficiais das áreas, 509 vídeos com todo o acervo do programa e roteiros elaborados pela SEE-SP, com o intuito de orientar discussões nas horas de trabalho pedagógico coletivo (HTPC)” (Paes e Ramos, 2014, p. 59), somando-se às ações formativas, online, oferecidas pela Escola de Formação e Aperfeiçoamento dos Professores do Estado de São Paulo (Efap).

⁶Cadernos do professor, destinados à preparação das aulas acerca dos diversos conteúdos selecionados, por bimestre; Cadernos dos alunos, compostos por atividades sobre os conteúdos abordados; e Cadernos do gestor, com orientações e subsídios para a implantação do programa nas escolas.

Por tudo isso, considera-se que o Programa São Paulo Faz Escola, a partir da definição do que ensinar e como ensinar, como forma de delimitar os conteúdos e metodologias de ensino a serem executados pelos professores, nas respectivas disciplinas e bimestres, assume um papel de centralização e estandardização/padronização das práticas docentes, assim como da própria formação continuada de professores, seguindo uma lógica neotecnicista baseada na racionalidade, eficiência e produtividade (Saviani, 2007), ao propalar a melhoria da educação básica da rede estadual de ensino de São Paulo, visando, em particular, a melhoria do desempenho escolar dos estudantes, sobretudo em avaliações externas (estaduais, como é o caso do Saresp, e nacionais).

Tal proposta acaba por restringir, e muito, a autonomia docente, que, segundo Andrade (2022), com referência em Sehrawat (2014), representa a capacidade do professor assumir o controle do próprio ensino, uma vez que,

a autonomia é uma necessidade para o desempenho profissional docente, sem o que, a tarefa educativa está ameaçada. Para ele, a autonomia do professor é essencial para garantir um ambiente de aprendizado que atenda as necessidades diversas dos estudantes; ela deve ser impulsionada pela necessidade de aprimoramento pessoal e profissional, para que um professor autônomo possa procurar oportunidades ao longo de sua carreira para desenvolver-se mais. A autonomia está relacionada à capacidade de desenvolver habilidades, conhecimentos e atitude para si mesmo como professor, em cooperação com o outro; ela é fundamental para que o professor tenha a liberdade de inovar, de conceber métodos apropriados de comunicação e atividades relevantes que respondam às necessidades e capacidades dos estudantes e da comunidade...” (Andrade, 2022, p.47-48)

É neste contexto de elaboração e início de implementação do São Paulo Faz que a Sociologia se torna disciplina obrigatória no currículo do ensino médio em todo território nacional, a partir da Lei 11.684/2008.

Com essa obrigatoriedade, é elaborada a Proposta Curricular para o Ensino de Sociologia em São Paulo, que organiza a disciplina nos três anos do ensino médio, com 02 horas/aulas semanais, sendo ela uma introdução às Ciências Sociais, uma vez que, didaticamente, no 1º.ano dava-se destaque à Sociologia, no 2º. à Antropologia e no 3º. à Ciência Política, com conteúdos organizados em situações de aprendizagem nos Cadernos, abordando temas selecionados para o ensino de Sociologia nesta proposta.

Embora a adoção dos Cadernos, no bojo do São Paulo Faz Escola, tenha representado o início de um processo de padronização das práticas docentes, como forma de atingir suas metas, no que diz respeito aos Cadernos de Sociologia, por exemplo, percebemos a manutenção de certa consonância com as Orientações Curriculares Nacionais para o Ensino

Médio (OCNEM) – área Ciências Humanas e suas tecnologias (Brasil, 2006), e, nela, com uma proposta para o ensino de Sociologia baseada na interlocução entre temas, teorias e conceitos, objetivando contribuir para o estranhamento e desnaturalização da realidade pelos alunos.

Nesse momento, a rede estadual de São Paulo ainda fazia uso dos livros didáticos do Programa Nacional do Livro Didático (Pnld), como era o caso da própria Sociologia, o que possibilitava complementar e aprofundar um pouco mais os conteúdos delimitados pelos Cadernos, já organizados por competências e habilidades.

Em 2019, entretanto, como forma de se adaptar à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobretudo à correspondente ao ensino médio (Resolução XXX, de XX, 2018), e à Reforma do Ensino Médio (Lei 13415/2017), o currículo da rede estadual de ensino de São Paulo passa um período de transição, no qual o tempo de aula das disciplinas deixa de ser 50 minutos e se torna 45 minutos, sendo acrescentadas a ele três disciplinas (Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologias)⁷, como parte do programa Inova Educação. E, em dezembro de 2020, há o sancionamento do novo Currículo Paulista, atualmente em vigência.

Cabe destacar que o material pedagógico deste período de transição, denominado Currículo em Ação, veio substituir os Cadernos, e com o novo Currículo Paulista de 2020 passou a vigorar simultaneamente a ele o chamado Material de Apoio ao Planejamento e Práticas de Aprofundamento (Mappa), os quais, comparativamente aos Cadernos, representaram mais um passo rumo ao material digital em formato de slides aplicado, ao aplicativo de controle de frequências e notas, e às plataformas de atividades e tarefa, em vigência desde meados de 2023 e, com as devidas atualizações, até o atual momento.

Percebeu-se no Mappa uma redução ainda maior dos conteúdos propostos para disciplina, em suas respectivas áreas, em particular na Sociologia, que, neste contexto, já havia passado de 02 horas/aulas em cada ano/série do ensino médio, tal como conquistado pela lei 11684/2008, para apenas o segundo ano desse nível de ensino. Temos acompanhado com preocupação e indignação a drástica redução da carga horária da Sociologia na grade curricular do ensino médio, a partir da implementação da Reforma do Ensino Médio em São Paulo, em especial, com impactos significativos na formação de jovens críticos e conscientes da realidade social, política, econômica e cultural na qual estão inseridos.

É neste cenário que estiveram imersos os 24 residentes/bolsistas do programa Residência Pedagógica Sociologia, no período de outubro de 2022 a fevereiro de 2024, e nele,

⁷Projeto de Vida, Eletivas e Tecnologias já faziam parte do currículo do Programa de Ensino Integral (PEI), vigente em São Paulo desde 2012.

ao fazerem o mapeamento sociocultural e ambiental das escolas, ao observarem a dinâmica escolar e ao acompanharem as professoras preceptoras nas aulas de Sociologia, se depararam com esse processo de mudanças, todas elas anunciadas da “noite para o dia” para serem cumpridas pelos professores.

Como o programa previa a realização de regências de aulas, como parte da formação inicial para a docência, elas tiveram que ser realizadas nas “brechas” da carga horária de Sociologia para cada bimestre, nos seus respectivos conteúdos para os três anos do ensino médio, o que já acontecia nos editais anteriores deste programa, no entanto, com maior tranquilidade, mas, desta vez, com a restrição da Sociologia apenas no segundo ano deste nível de ensino, 02 horas/aula semanais.

Sendo assim, uma das regências foi sobre o tema cidadania, elaborada para contribuir com o aprofundamento teórico-conceitual acerca dessa temática, já que a abordagem trazida pelo material pedagógico se mostrava superficial e insuficiente para essa aprendizagem.

A proposta dessa regência foi: conceituar cidadania; discriminar os diferentes tipos de direito; identificar as raízes históricas da cidadania, relacionando-as com o contexto brasileiro; caracterizar o que constitui a identidade político-cultural do cidadão brasileiro; trabalhar as habilidades de escrita e interpretação dos conteúdos pelos alunos, objetivando a apropriação dessas noções e uma mudança na prática social. Para fixar essas noções, para além do debate, os alunos escreveram, com as próprias palavras, o que entenderam sobre esse tema, o que possibilitou aos residentes avaliarem a apropriação ou não destes conhecimentos e darem um *feedback* aos alunos, tirando dúvidas e complementando informações.

Uma outra regência de aula foi desenvolvida na disciplina Eletiva, “Preconceituoso eu?”, pensada pelos residentes a partir da observação de situações e relações que envolviam, sobretudo, preconceito e discriminação de raça e de identidades de gênero.

Se valer de uma disciplina elaborada pelo próprio professor, a partir dos projetos de vida dos alunos, suas demandas e relações, estando, necessariamente, relacionada ao currículo escolar e sua proposta para as respectivas áreas e disciplinas, nesse caso a Sociologia, se mostrou o melhor caminho para driblar a superficialidade do material pedagógico em uso, bem como os próprios limites da reduzida carga horária da Sociologia.

Como primeira atividade da Eletiva foi aplicado um questionário, com cinco perguntas, para saber: se os estudantes se consideravam preconceituosos, o que entendiam por preconceito, quais conheciam e se já haviam sofrido algum tipo de preconceito. Como respostas, nenhum aluno se considerou preconceituoso, poucos souberam conceituar o que

seria preconceito, mas, muitos, citaram o machismo, a homofobia, a transfobia, o racismo como preconceitos, sofridos ou observados.

A primeira aula dessa regência, considerando os ainda atuais conflitos entre Israel e Palestina, explicou o genocídio, caracterizando preconceito, intolerância, estereótipo e discriminação. Como recurso didático-pedagógico foi utilizada a música “Amiga Vagabunda” de André Prado, na qual tachava-se certa amiga de “vagabunda”, levando à definição de preconceito e suas diferentes incidências, tomando-se como referência os preconceitos destacados no questionário aplicada como atividade inicial da regência, o que também permitiu aprofundar as noções de racismo, misoginia, xenofobia e intolerância religiosa. Para a culminância da Eletiva, os alunos foram separados em grupos e encarregados de fazerem uma apresentação sobre um dos preconceitos trabalhados na disciplina. Pelas apresentações, argumentações e ilustrações dos preconceitos abordados, e pelo envolvimento dos grupos, foi possível constatar o impacto positivo desta Eletiva para a tomada de consciência, mudança de posturas e aquisição de conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No contexto do chamado capitalismo da vigilância, as plataformas digitais on-line, baseadas no uso de algoritmos, vêm adentrando também o universo da escola e da sala de aula, definindo o ensinar e o aprender, e atribuindo aos sujeitos do processo educativo, professores e alunos, uma condição que os aproxima a figura de meros autômatos, a operarem de forma automática, seguindo um conjunto de regras predefinidas.

Na educação paulista, o uso de slides, aplicativos de controle de frequências e notas, bem como de plataformas digitais para atividades e tarefas, não só automatiza o trabalho docente, mas também busca standardizá-lo ou padronizá-lo, ferindo, significativamente, a autonomia docente no planejamento e desenvolvimento, sobretudo, das aulas.

Somado a isso, eles também dificultam a sistematização e o aprofundamento dos conhecimentos a serem ensinados e aprendidos, reduzindo a quantidade e a qualidade dos conteúdos a serem abordados. Ou melhor, delimitam os conhecimentos estritamente necessários para formar competências e habilidades específicas, selecionadas como necessárias para constituir o perfil de “cidadão”, e trabalhador, de uma sociedade global, da era digital, da comunicação e informação.

E como métricas desta proposta de educação para o século XIX, o alinhamento com as avaliações externas, sejam elas as estaduais, como é o caso do Saresp em São Paulo, seja, elas as nacionais, como o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). No caso de São

Paulo, os slides pretendem ser “a medida certa” para os “cidadãos” que se quer formar, assim como para a Provinha Paulista, e dela para o Saesp, e dele para o Saeb, e assim sucessivamente. Sendo que, para isso, é preciso que as práticas docentes também sejam “a medida certa” para alcançar tais objetivos, daí a padronização e controle, cerrados.

Concomitantemente a essa dinâmica, o sucateamento da educação, a desvalorização e não reconhecimento da docência e, conseqüentemente dos professores, a redução de conteúdos, carga horária de disciplinas, sobretudo aquelas pertencentes à área de Ciências Humanas, como é o caso da Sociologia no ensino médio, também no contexto das reformas educacionais, como a do ensino médio, por que uma área e disciplina com plenas condições de fazer romper com o automatismo e levar à problematização e conscientização acerca desta realidade na qual estamos todos imersos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução n. 4, de 17 de dezembro de 2018**. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM). In: Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2018. Seção 1, p. 120.

BRASIL. **Lei 13.415, de 16 de Fevereiro de 2017**. Institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. (Conversão da Medida Provisória n. 746/2016). In: Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017.

BRASIL. **Lei n.11684, de 02 de junho de 2008**. Altera o art.36 da Lei 9394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir a filosofia e a sociologia como disciplinas obrigatórias nos currículos do ensino médio. In: Diário Oficial da União, Brasília, 3 de março de 2008, p.1.

BRASIL. Ciências humanas e suas tecnologias / Secretaria de Educação Básica. – Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2006. 133 p. (Orientações curriculares para o ensino médio ; volume 3).

EVANGELISTA, Rafael de Almeida; GONSALES, Priscila. A plataformização da educação no sul global e seus laços com os atores do capitalismo de vigilância. In: ALVES, Lynn; LOPES, David. (orgs.). **Educação e plataformas digitais: popularizando saberes, potencialidades e controvérsia**. Salvador: EDUFBA, 2024.

MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de. A abordagem etnográfica na investigação científica. In: MATTOS, Carmem Lúcia Guimarães de; CASTRO, Paula Almeida de.(orgs). **Etnografia e Educação: conceitos e usos**. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Políticas conservadoras no Brasil: ameaças ao direito à educação e ataques à autonomia docente. **Revista Educación, Política y Sociedad**, 2022, 7(2), 37-54.

PAES, Milena Veneziano; RAMOS, Gêssica Priscila. O Programa São Paulo Faz Escola e deu modelo de gestão tutelada. **Comunicações**. Piracicaba, ano 21, n. 2, p. 53-66, jul.-dez. 2014.

SÃO PAULO. Secretaria da Educação do Estado de São Paulo. **Resolução SEDUC – 52, de 16-11- 2023**. Estabelece as diretrizes para a organização curricular do Ensino Médio da Rede Estadual de Ensino de São Paulo e dá providências correlatas.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular do Estado de São Paulo para o Ensino de Sociologia**, 2009.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **São Paulo Faz Escola: Guia de Transição**. Área Ciências Humanas. Ensino Fundamental Anos Finais. Ensino Médio. Orientações para o Professor. São Paulo, 2019.

SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação. **São Paulo Faz Escola: Guia de Transição**. Área Ciências Humanas. Ensino Médio. Atividades Complementares – Estudantes. São Paulo, 2019a.

SAVIANI, Dermerval. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.